

REGISTRO

2013

01/Julho

249

CUT

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de MG

CATEGORIA APROVA ACORDO E MOSTRA CONSCIÊNCIA CRÍTICA

Trabalhadores entendem a importância de melhorar o piso, mas criticam pesado a GDI

A grande maioria dos trabalhadores (70 das 82 assembleias realizadas em todo o Estado) aprovou a proposta para assinatura de acordo coletivo de trabalho entre o SINDÁGUA e a direção da Copasa, em mais uma campanha realizada de forma unitária com o Saemg (administradores) e Senge (engenheiros).



Com isto, os salários serão reajustados em 7,16% retroativamente a 1º de maio, além de um ganho real de 1,22% aplicado na Gratificação por Desempenho Institucional (GDI), elevando seu índice acumulado de 15,28% para 16,5%. Os tíquetes restaurante e a cesta básica recebem um reajuste de 10% e todos os demais benefícios são reajustados pelo INPC de 7,16%.

Pelo segundo ano consecutivo, os trabalhadores alcançam um grande avanço no

reajuste do piso salarial da categoria. O reajuste deste ano alcança 29% no salário de nível 1 e de 27,7% a 8% entre os níveis 1 a 4. A recuperação do piso salarial da categoria vem sendo buscada insistentemente nos últimos acordos coletivos e precisamos ainda de continuar nesta luta para alcançar um salário de ingresso decente na empresa, que continua pagando péssimos salários, comparando-se com as demais empresas de saneamento e pior ainda se tivermos como base o mercado geral.

Continua luta para diminuir a distância do menor e maior salário na Copasa

Com o novo acordo coletivo a tabela salarial da Copasa cai de 16 para 15 níveis. O primeiro nível passa a ter o salário equivalente ao do nível 2.

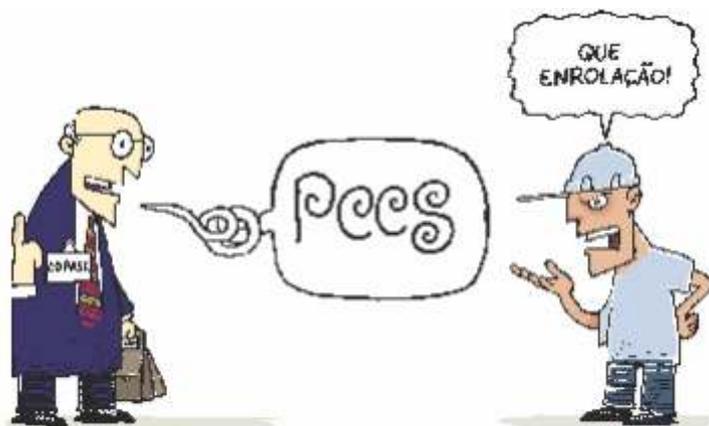
Na tabela ao lado demonstramos como fica o impacto nos salários dos níveis 1 a 4, os reajustes e os novos salários.

FAIXA SALARIAL		SALÁRIO NOMINAL		VARIAÇÃO	SAL ATUAL		
DE	PARA	DE	PARA	%	+GDI 15,28%	SAL PROP+ GDI 16,5%	%
1.1	1.1	739,40	944,21	27,70	852,38	1.100,00	29,06
1.2	1.2	706,77	972,53	26,83	883,93	1.133,00	28,18
1.3	1.3	796,14	1.001,71	25,98	918,04	1.166,99	27,31
2.1	1.1	826,94	944,21	14,18	953,30	1.100,00	15,39
2.2	1.2	867,53	972,53	13,41	988,96	1.133,00	14,61
2.3	1.3	889,27	1.001,71	12,64	1.025,15	1.166,99	13,84
3.1	2.1	924,83	1.031,76	11,56	1.066,14	1.202,00	12,74
3.2	2.2	960,38	1.082,71	10,66	1.107,14	1.238,06	11,83
3.3	2.3	1.008,41	1.094,60	8,55	1.162,50	1.275,21	9,70
4.1	3.1	1.058,65	1.136,10	7,20	1.220,64	1.322,39	8,34

Plano de cargos e salários é a reclamação geral da categoria

A pesar do grande número de trabalhadores de menores salários que serão beneficiados, em todas as assembleias realizadas ouvimos uma reclamação e descontentamento geral dos companheiros em relação aos salários, sobretudo aqueles administrativos de nível médio e técnicos, mas também em atividades operacionais.

A empresa continua praticando salários diferentes para a mesma função em todo o Estado, o que motivou o Sindicato a entrar na justiça contra a política de porte e para que tenhamos um PCCS regularmente registrado no TRT-MG, deixando transparentes as políticas de progressão nas carreiras e nos salários.



Os trabalhadores aprovaram a assinatura do acordo coletivo, que garante pontos básicos defendidos pela categoria, mas manifestaram forte crítica à direção da empresa pela enorme diferença entre salários nas diversas faixas salariais, de mais de 50 vezes entre o piso e o que recebe um diretor da empresa. A categoria entende que a direção

da empresa vem perdendo a oportunidade de moralizar esta situação e de recuperar a Copasa para a imagem de qualidade que ela sempre teve pelos serviços prestados. Neste sentido, continua a denunciar as irregularidades na contratação de empreiteiras e no completo sucateamento da condição estrutural da Copasa para

atender a demanda de serviços. Isto se manifesta não só nas diferenças gritantes de salários, mas também em falta de pessoal, de equipamentos, em veículos e caminhões sem manutenção, já tendo causado inclusive acidentes com vítimas.

Dia 11 de julho: primeira audiência do processo sobre o PCCS

Ganho real na GDI exige transparência

A pesar de conquistarmos um ganho real mais uma vez incorporado na GDI, elevando o percentual máximo de 15,28% para 16,5%, os trabalhadores continuam incomodados com o processo de aferição do desempenho nas várias unidades da empresa.

O maior problema, citado por todos os companheiros, é a cada vez mais precária estrutura física e instrumental dos locais de trabalho, além de

metas irreais em função de modificações urbanas, de precariedade nos investimentos da empresa para acompanhar a evolução do processo de tratamento do esgoto.

Os trabalhadores entendem claramente que a GDI continua sendo um instrumento redutor do ganho real conquistado pelos trabalhadores. Em algumas localidades, os trabalhadores perdem quase um terço do índice global, com a empresa não cumprindo a regra

para que nenhuma área alcance menos de 80%, o que obrigaria definir instrumentos de recuperação local para condições aceitáveis prestação de serviços.

Grande parte dos companheiros apontou inclusive uma luta que o sindicato precisa aprofundar para a incorporação do percentual de GDI nos salários, de forma a estimular os trabalhadores e melhorar o clima interno na empresa.